



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
28ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

Registro: 2014.0000174774

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0002445-56.2009.8.26.0137, da Comarca de Cerquilha, em que é apelante ACE SEGURADORA S/A e é apelada SABRINA PEREIRA MORETTI (ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA).

ACORDAM, em 28ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores MANOEL JUSTINO BEZERRA FILHO (Presidente sem voto), CELSO PIMENTEL E JÚLIO VIDAL.

São Paulo, 25 de março de 2014

GILSON DELGADO MIRANDA

RELATOR

Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
28ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

Comarca de Cerquilha

Apelação n. 0002445-56.2009.8.26.0137

Apelante: Ace Seguradora S/A

Apelada: Sabrina Pereira Moretti

Voto n. 3520

SEGURO DE VIDA. Acidente de trânsito com vítima fatal. Pretensão da beneficiária do seguro à cobertura por morte acidental. Embriaguez do contratante. Inexistência de comprovação de agravamento intencional do risco pelo segurado. Ineficácia de ajuste contratual prevendo que a embriaguez exclui a cobertura do seguro. Recurso não provido.

Vistos.

Cuida-se de recurso de apelação interposto para impugnar a r. sentença de fls. 102/105, cujo relatório fica aqui adotado, proferida pela juíza de direito da Comarca de Cerquilha, Dra. Tatiane Moreira Lima, que julgou procedentes os pedidos deduzidos na petição inicial, condenando a ré a pagar, a título de indenização securitária, R\$ 20.272,00, com correção monetária e juros de 1% ao mês desde a data do sinistro.

A apelante, ré, alega que a indenização não é devida porque a vítima estava embriagada no momento do acidente, além de estar com sua carteira de motorista vencida e, como se não bastasse, tal documento não o habilitava a dirigir motocicletas (não era do tipo "A"). Pugna pela legalidade da recusa e consequente improcedência dos pedidos.

Recurso interposto no prazo legal, preparado (fls. 124/125) e com contrarrazões da apelada (fls. 129/134).

Esse é o relatório.

O recurso não comporta acolhimento.

Na espécie, cobra-se indenização de seguro de vida pela morte accidental do contratante/segurado. Por meio dos elementos presentes nos autos e das manifestações das partes, verifico que não há controvérsia no que tange ao acidente e à qualidade de beneficiária da autora. A divergência se cinge à alegação de o segurado estar embriagado e com documentação irregular no momento do acidente, o que excluiria a indenização pelo sinistro.

De fato, a cláusula 4.1, item "I", da apólice (fls. 39/40) relaciona entre os riscos excluídos da cobertura os eventos ocorridos em consequência "condução de qualquer tipo de veículo pelo segurado enquanto o nível de álcool em seu sangue exceda o nível permitido pela legislação do país onde ocorra o acidente coberto".

Entretanto, como é cediço, "a legitimidade de recusa ao pagamento do seguro requer a comprovação de que houve voluntário e consciente agravamento do risco por parte do segurado, revestindo-se seu ato condição determinante na configuração do sinistro, para efeito de dar ensejo à perda da cobertura securitária, porquanto não basta a presença de ajuste contratual prevendo que a embriaguez exclui a cobertura do seguro" (STJ, REsp n. 780.757, 4ª Turma, j. 01-12-2009, rel. Min. João Otávio de Noronha).

Dessa forma, são no mínimo duas as questões de fato controvertidas em casos como este: (i) se a alegada embriaguez foi condição determinante para a ocorrência do sinistro (porque sem isso não há nem que se falar em agravamento de risco); e (ii) se o risco foi agravado intencionalmente pelo segurado (artigo 768 do Código Civil).

No caso vertente, porém, a despeito da embriaguez do segurado, fato é que não há nenhum indicativo de que o risco tenha sido agravado intencionalmente. Em outras palavras, o fato de ele estar dirigindo embriagado não implica, necessariamente, intenção de agravar o risco, o que é exigido para a exclusão da cobertura securitária. Destarte, não comprovada a intencionalidade, demonstração cujo ônus competia à ré, a procedência do pedido indenizatório era mesmo de rigor.

Em reforço, constato que, além de não ter sido comprovada a intenção do segurado de agravar o risco, o próprio agravamento tampouco foi demonstrado. Com efeito, não basta à ingestão de substância alcoólica para que se constate o agravamento do risco: deve haver prova de que o acidente ocorreu por conta dessa indigitada embriaguez.

Nesse sentido, em reforço, é o precedente do STJ, cuja ementa restou lançada da seguinte forma (STJ, REsp n. 685.413-BA, 3ª Turma, j. 7-3-2006, rel. Min. HUMBERTO GOMES DE BARROS):

“RECURSO ESPECIAL. SEGURO. EMBRIAGUEZ. SINISTRO. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DA RELAÇÃO DE CAUSA E EFEITO. EXCLUSÃO DA COBERTURA IMPOSSIBILIDADE.

– A circunstância de o segurado, no momento em que aconteceu o sinistro apresentar dosagem etílica superior àquela admitida na legislação de trânsito não basta para excluir a responsabilidade da seguradora, pela indenização prevista no contrato.

– Para livrar-se da obrigação securitária, a seguradora deve provar que a embriaguez causou, efetivamente, o sinistro”.

Na espécie, as circunstâncias do acidente e a confirmação de que o autor teria ingerido bebida alcoólica, não demonstram, por si sós, que a ingestão do álcool teria sido determinante para o sinistro.

No Boletim de Ocorrência não há nenhuma referência à embriaguez nem tampouco às causas determinantes do acidente - só existe indicativo de que o motorista perdeu o controle da motocicleta e caiu ao solo.

A seguradora ré, por sua vez, nem mesmo deduziu fundamento (nem na negativa administrativa – fls. 12 - nem no contraditório judicial) no sentido de demonstrar que a gradação alcoólica

foi determinante para o acidente, limitando-se a sustentar que a embriaguez, em si, já é suficiente para afastar dever de indenizar.

Como se vê, não há mesmo nenhum indício de que a embriaguez do segurado agravou o risco de que acidentes ocorressem, o que reforça a conclusão de procedência do pedido indenizatório.

Por fim, a irregularidade na documentação da vítima não tem nenhuma relevância para o objeto desta demanda, porque tal fato também não agrava o risco para a seguradora.

Nesse sentido, aliás, força apontar precedente importante do STJ exarado em caso símile nos autos do recurso especial n. 1230754, 4ª Turma, j. 18-12-2012, rel. Min. Maria Isabel Gallotti, cuja ementa restou lançada da seguinte forma:

“SEGURO DE VIDA. ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. SEGURADO NÃO HABILITADO PARA CONDUZIR MOTOCICLETA. INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA. AGRAVAMENTO DO RISCO NÃO CONFIGURADO.

1. A falta de habilitação para dirigir motocicleta constitui mera infração administrativa que não configura, por si só, o agravamento intencional do risco por parte do segurado apto a afastar a obrigação de indenização da seguradora.

2. Recurso especial provido”.

À vista dessas considerações, a sentença deu à lide correta solução, razão pela qual fica mantida em sua integralidade.

Posto isso, nego provimento ao recurso.

GILSON MIRANDA

Relator

Assinatura Eletrônica